



A INTERPRETAÇÃO EM MARTIN HEIDEGGER: ENTRE O COMO HERMENÊUTICO E O APOFÂNTICO

The interpretation in Martin Heidegger: between the as hermeneutic and the apophantic

Igor Nunes Costa

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

igornc80@gmail.com

Resumo: Proponho pensar a concepção de interpretação (*Auslegung*) em Martin Heidegger como exposição do real na articulação das dimensões hermenêutica e apofântica da “estrutura como” (*Als struktur*), exposto por ele, principalmente, nos parágrafos 32 e 33 de *Ser e Tempo*. *Auslegung* é composta pela preposição “*aus*”, que significa movimento de ir para fora, e “*legung*”, do verbo “*legen*”, que significa por, ou seja, a interpretação é o pôr do real, sua apresentação, é a compreensão expondo-se em formas gestuais, artísticas, científicas por esse ente que é a presença, como re-união entre o como hermenêutico, que abre a presença em seu horizonte de possibilidades de ser e do como apofântico, condição de possibilidade de predicação, de formalização dos entes e de sua determinação na comunicação. A ex-posição na significância orienta-se no horizonte do como hermenêutico, mostrando a realidade na sua significação e, assim, revelando o sentido de ser da presença, cujo modo de ser projetado em possibilidades realiza-se na articulação da interpretação e em sua exposição formal. Assim, quando a presença humana interpreta, ela mesma se expõe no modo como compreende ser numa conjuntura significativa, exposição que ocorre de forma modal, que é a própria temporalização, revelando que a presença é um modo de ser do tempo que retoma o passado de diversos modos projetando-se para futuros possíveis a partir do modo de realização do presente. Como, porém, se situa a interpretação na estrutura como? De que modo se constituem e o que re-úne o como apofântico e o hermenêutico e, reunindo, possibilita diferenciar as interpretações? Ou seja, o que significa interpretar para Heidegger?

Palavras-chave: Estrutura como. Hermenêutico. Apofântico. Interpretação. Heidegger.

Abstract: I propose to think of the conception of interpretation (*Auslegung*) in Martin Heidegger as an exposition of the real in the articulation of the hermeneutic and apophantic dimensions of "as-structure", which he expounded mainly in paragraphs 32 and 33 of *Being and Time*. *Auslegung* is composed by the preposition "*aus*", which means movement to go out,

and "*legung*", from the verb "*legen*", means by, that is, the interpretation is the put of the real, its presentation, as a hermeneutic meeting, which opens the presence in its horizon of possibilities of being and of the apophantic, a condition of possibility of predication, formalization of the entities and of communication. This exposition in a meaningful order is oriented in the way in which entities appear on the horizon of the as hermeneutic, showing reality in its meaning and thus revealing the sense of being of presence, whose way of being projected in possibilities takes place in the articulation of the interpretation and in its formal exposition. Thus, when the human presence interprets, it exposes itself in the way it understands to be in a significant conjuncture, an exposition that occurs in a modal form, which is the temporalization itself, revealing that presence is a mode of being of time that resumes the past of various modes projecting themselves into possible futures from the present embodiment. How, however, does the interpretation in the structure lie as? In what way are they constituted and what brings together the apophantic and the hermeneutic, and, by bringing together, does it make it possible to differentiate interpretations? What does interpreting mean to Heidegger?

Keywords: As-structure. Hermeneutic. Apophantic. Interpretation. Heidegger.

Introdução

A superação de dualidades que defendem, de diversos modos, que há dois princípios fundantes do real, como a existência de uma subjetividade, de um lado e uma objetividade, de outro, um fundamento e um fundado, é marca importante do pensamento contemporâneo. Para Heidegger, tais dualidades decorrem de um esquecimento que tornou o ser um ente e, assim, considerou que há o ser e o fundamento do ser. Tal fundamento, porém, é sem fundamento dado que o ser não possui um fundamento, sendo ele mesmo o que lhe possibilita. Esse sem-fundamento é um abismo imediato onde apropriam-se mutuamente homem e ser (HEIDEGGER, 2005a, p. 178-181).¹A circularidade que existe no ser que fundamenta a si como possibilidades de fundar afasta-se da assunção de que haja uma essência objetiva e uma subjetividade racional, retirando a primazia desses entes de fundarem o real, ou melhor, alcança um âmbito anterior a esses entes. Mais originária que uma subjetividade que

¹Heidegger se pergunta: por que há antes o ente e não o nada? O que funda o real, para ele, não é mais o ente, de modo que haja alguma identidade entre o fundamento e o fundado, mas a própria presença jogada na possibilidade de ser. Assim, é o nada, o abismo que abre as possibilidades do real, pois para que o real, em sua realização, seja incessantemente possibilidade, para que a realidade esteja aberta ao poder ser, é preciso que o que lhe fundamenta não se resuma a uma realidade, um ente. Essa “diferença”, essa tensão entre o real e suas possibilidades é o nada, o que abre a realização da realidade em seu poder ser, nas possibilidades do que é sendo. Por isso o fundamento é sem fundo, pois se funda no nada e, por isso, nunca está pronto e já realizado.

representa o real, uma essência objetiva contraposta a subjetividade supostamente fonte de erro, há a apropriação mútua de homem e ser. Para Heidegger, o que é sendo possibilidades de ser é a presença, cujo ser está sempre em jogo e, por isso, ela pode, em seu ser, isto é, sendo, expor-se, escolher-se, ganhar-se ou perder-se (HEIDEGGER, 2005, p. 77-78). Ela não é um absoluto, que paira no ar, um ente que seria possível conceituar, uma identidade consigo mesmo, mas é sendo, na medida em que se faz a partir das possibilidades do que já foi feito. Esse modo como ela articula e ex-põe a si chama-se interpretação (*Auslegung*) e é o que nos propomos a pensar neste trabalho.

Esquecendo suas possibilidades numa unilateralidade da existência, o ser da presença pode perder-se, esquecer-se, dissimular sem, porém, deixar de ser possibilidades. Ela pode se escolher ou não e é nessas escolhas, nesse jogo que a existência como *ek-sistere*, ex-posição, um manter-se “fora” de um “dentro”, faz-se. Não há um fora, por assim dizer, novo, que inexistia, mas esse “fora” é uma possibilidade articulada e exposta do “dentro” que o “fora” mesmo é. *Ek-sistir* é ser no *ek*, no *ex*, no “fora”, no aberto ou ex-posto a ..., na ex-posição a.... Só o humano *ek-siste*, presentifica o presente como modo do tempo. A presença mantém-se “fora”, num modo de ser si mesma. A interpretação (*Auslegung*) é justamente essa ex-posição modal.

Interpretar, em Heidegger, é *Auslegung*. Esse termo em alemão é composto pela preposição “*aus*”, que significa movimento de ir para fora, e “*legung*”, do verbo “*legen*”, que significa por. Ou seja, literalmente, *Auslegung* significa expor, exposição, é a compreensão se expondo, elaborando-se em formas (HEIDEGGER, 2005, p. 204), sejam artísticas, científicas, gestuais, de pintura, etc. É a compreensão explicitando-se, pondo-se fora num modo de ser si mesma, num como, pois a dinâmica da compreensão não se fixa nem se esgota em sua explicitação. A interpretação se apropria do que compreende e “[...] elabora as possibilidades projetadas na compreensão” (HEIDEGGER, 2005, p. 204), compreensão que é um modo de ser² da presença e fundamento existencial da interpretação. Assim, a interpretação elabora em formas as possibilidades abertas pela compreensão fazendo-se a si mesma como modo de ser assim ou não. A presença humana, fazendo-se a si e ao mundo, se expõe num determinado modo, numa determinada possibilidade de ser sem deixar de ser possibilidades diversas. Se

² “Compreensão não é um modo de conhecer, é um modo de ser”. (STEIN, 2011, p. 45).

expondo, abrindo-se ela abre também o horizonte em que as coisas, os entes, aparecem para ela.

Compreensão é o que permite a presença existir como poder ser, é o “ser existencial do próprio poder ser da presença”, é projeto de seu poder ser, projeto que se constitui como sua abertura de ser. A “compreensão projeta o ser da presença para a sua destinação” (HEIDEGGER, 2005, p. 200). Em seu caráter de projeto, a compreensão é a visão que abre a significância. Projeto é a “constituição ontológico-existencial do espaço de articulação do poder ser de fato da presença” (HEIDEGGER, 2005, p. 201). Portanto, a compreensão projetiva da presença abre, na significância, suas possibilidades de ser, possibilidades expostas e formalizadas pela interpretação. Aqui, também, Heidegger inverte a relação da tradição hermenêutica entre interpretação e compreensão, que defendia que a compreensão seria a finalidade da interpretação que teria de expor a “integralidade do fenômeno” compreendido (MELO, 2013, p. 90). Ao invés de supor um fenômeno bruto a ser compreendido, Heidegger defende que a interpretação é o desenvolvimento do projeto da presença, explicitação da compreensão, poder ser a partir do que “foi” em meio às significações que abrem-se para ela quando da projeção de suas possibilidades significativas.

Na medida em que a interpretação se apropria – ou seja, torna próprio, presentifica – do horizonte de possibilidades de ser ela mesma e o explicita, comunica, se faz entender, a presença revela, na proposição, o seu sentido de ser. Desse modo, a importância da interpretação para o pensamento de Heidegger é grande, dado seu projeto de colocar o homem de volta no mundo, como sendo mundo, homem e mundo que a tradição metafísica separou quando, estabelecendo dualidades, criou uma essência metafísica do homem e outra essência do mundo, ambos como coisas em si, distintos e autônomos. A sentença cartesiana que abre a modernidade, “*ego cogito, ergo sum*”, isto é, “penso, logo, sou” esquece que ser é anterior a qualquer representação ou pensamento e que é, na verdade, o que possibilita todo representar ou pensar. Em Heidegger, ao invés de existir um homem dentro do mundo, há o homem como ser-no-mundo. Apesar de outras obras aparecerem neste trabalho, como *Interpretações Fenomenológicas sobre Aristóteles* e *O conceito de tempo* abordarei o tema da interpretação e como ela se constitui num **como**, ao mesmo tempo hermenêutico e apofântico, principalmente a partir da obra de Heidegger, *Ser e Tempo*, especificamente nos parágrafos 32 e 33 desta obra.

Como se situa a interpretação na estrutura **como**? De que modo se constituem e o que reúne o **como** apofântico e o hermenêutico e, reunindo, possibilita diferenciar as interpretações? Ou seja, o que significa interpretar para Heidegger?

A “estrutura como” e suas dimensões hermenêutica e apofântica

No cotidiano, lidamos com pessoas e coisas de modo habitual, natural. Esse modo familiar de lidar com coisas e pessoas é o modo **como** vamos nos constituindo no mundo. Não pensamos quando vamos abrir a porta, subir a escada, sentar à mesa. Por ser tão familiar esse modo de ser nos constitui muito profundamente. Vamos nos tornando aquilo que fazemos cotidianamente, no modo **como** fazemos. Esse modo de ser e de compreender as coisas que nos permite transitar no mundo, falar e ouvir, entender e ser entendido, estabelecer expectativas e lembrar de determinados assuntos ou acontecimentos decorre de nosso relacionamento com o mundo que, por sermos lançados nele, já faz parte de nós. Nos tornamos o que fazemos, no modo em que fazemos, a partir do que fizemos no mundo. O mundo cotidiano em que nos situamos e nos fazemos já traz consigo um modo de ser, de existir, já traz historicamente consigo uma ordem significativa a partir da qual nos fazemos. Por isso que não achamos estranho que a privada esteja no banheiro e não na sala. Esperamos que esteja no banheiro. Essa ordem, porém, não é rígida. Não é, está sendo.

O modo **como** agimos nesse mundo familiar orienta-se praticamente por seu uso – ou seja, a cadeira é **para** (*Umzu*) sentar, a chave é para abrir – em que nenhuma palavra precisa ser dita, porque a ação já foi compreendida, pré-compreendida e, só por isso, pode se realizar com sentido. Esse modo de interpretar e agir no mundo de um determinado modo é hermenêutico; as formas artísticas, científicas, gestuais diversas, ou seja, discursivas em que esses modos de agir podem acontecer e são determinados, são apofânticos. O modo de interpretar e agir no mundo e o modo de se pronunciar sobre ele constituem o como hermenêutico e o como apofântico, respectivamente. Ambos constituem-se como a “**estrutura como**” da presença.³

³ A pronúncia e as formas discursivas mostram o que está sendo compreendido nas remissões significativas das conjunturas, compreensão projetiva que se mantém abrindo significações e possibilitando formas diversas, desvelando formas velando possibilidades.

Essa “estrutura como” foi apresentada por Heidegger em *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 2005, p. 207-211). O como apofântico constitui as condições de possibilidade da proposição, condição de possibilidade de dizer o ente. A proposição “propõe ao sujeito um predicado, que o determina” (HEIDEGGER, 2005, p. 212): ao dizer que o martelo é pesado, a coisa que, hermeneuticamente, serve para martelar, torna-se um martelo determinado, que é pesado. “A proposição é uma demonstração que determina através da comunicação” (HEIDEGGER, 2005, p. 214), deixa e faz ver o ente a partir dele mesmo, no modo da manualidade, restringindo a visão inicial do ente em sua determinação possível, ou seja, como determinação predicativa. O que se deixa ver a partir de si pode, assim, ser comunicado, demonstrando o ente em sua determinação e não mais apenas como servindo para. Na comunicação, portanto, determina-se o martelo como tendo a propriedade de ser pesado, por exemplo, e, assim, a comunicação demonstra o ente que se dá, faz vê-lo na comunicação.

No como apofântico há permanente síntese e diárese (HEIDEGGER, 2005, p. 217), ligação e separação de proposições ao mesmo tempo. Não é síntese agora, disjunção depois. No mesmo momento que junta os que se mostram de modo conjunto, separa os que não se mostram assim.⁴ Só há o nivelamento dos entes, como simplesmente dados, no como apofântico da proposição quando o ente já está “separado” da significância, estrutura remissional do mundo que mundaniza nos modos significativos de lidar. A visualização demonstrativa, mostrativa ou indicativa do ente no como apofântico é possível devido ao modo **como** o ente se mostra em um significado, visualização apofântica que “restringe a

⁴ Por exemplo, na proposição “o martelo é pesado” permanece a possibilidade de articular as relações de remissões que constituem o martelo e interpretá-lo como sendo para isso ou para aquilo na significância do mundo circundante. Ou seja, o martelo como instrumento de uso recebe seu ser remetendo-se à totalidade de remissões significativas da prática da qual faz parte – por exemplo, o martelo é para pregar o prego que é para fixar as madeiras que são para evitar entrada e saídas, etc. – e, quando torna-se objeto de proposição, separa-se dessa totalidade e torna-se “objeto”, um ente com “propriedades”, no caso, de ser pesado. O ser do martelo no uso, na prática é sendo para e, quando revelado nas proposições, recebe determinações: o martelo é pesado. Justamente porque a dimensão predicativa funda-se numa dimensão pré-predicativa, prática de remissões significativas em que o ser para (*Um-zu*) dos instrumentos se define remetendo-se a totalidade significativa que lhe constitui, é que existe a possibilidade de a proposição ser verdadeira ou falsa. A predicação é sempre sobre algo, nesse caso, o martelo. A predicação retira sua forma do martelo e o determina. Essa forma decorre das relações remissivas do ser para do martelo. O martelo tem suas finalidades que atendam a seu uso, ao seu ser para. As remissões significativas dessas finalidades formalizam-se em relações e assim são apreendidas, logisticamente, pelo homem. A dinâmica remissiva de significações constitui a compreensão, remissões que são tomadas como relações. Assim, o martelo relaciona-se com o prego e este com as madeiras como instrumentos isolados que se relacionam quando, na verdade, o martelo é para o prego, para a madeira, enfim, para a obra no qual é usado. Só assim, “tanto a ligação quanto a separação [de proposições] ainda podem ser formalizadas como “relação” [entre conceitos, representações] (HEIDEGGER, 2005, p. 217).

visão” da manualidade usual do ente. Em outras palavras, as diversas possibilidades que decorrem do uso do manual conforme suas finalidades abertas na compreensão projetiva são restringidas quando determinadas, pronunciadas e, assim, comunicadas, quando o ente de que se fala, tendo sido compreendido e interpretado, não está sendo mais ali entre os que falam sobre ele, tornou-se enunciação. Isso permite que carreguemos conosco um mundo de significações e possamos nos comunicar em diversos lugares, fazer teorias, ordenar coisas, etc.

Porém, a primazia da compreensão dos entes como subsistentes, a primazia do nivelamento causa restrição da visão e afastamento do mundo, das possibilidades da existência e, assim, o homem mesmo se vê como um subsistente. Quando interferimos no mundo o fazemos a partir do modo como o compreendemos. Porém, essa ordem significativa decorre de nossa ação, do modo como agimos no mundo. Toda ação prática, porém, precisa de uma finalidade que é dada, justamente, nessa ordem significativa usual. Na comunicação, determina-se o ente, o martelo, por exemplo, mas no horizonte de significação onde ele pode ser ele pode aparecer como instrumento que **serve para** matar, **serve** de apoio para um armário, **para** brincar. Não há o martelo em si, mas o martelo para mim, que serve para isso ou para aquilo em meu horizonte, mesmo quando ele é conceituado. Quando conceituo o martelo como um instrumento pesado, com cabo, de ferro é porque sei que, para sua serventia, ele não pode ser de outro jeito, se não ele não martela o prego adequadamente.

Para eu me orientar no mundo é preciso que essa ordem significativa esteja pré-compreendida pela presença. Tal ordem estabelece os fins nos quais minha ação se constitui com sentido. Se quero fixar um prego, me dirijo primeiramente a um martelo porque sei que possuo as características para isso, foi feito visando a fixação do prego. A primazia do conceito, da representação, da proposição que determina o sujeito e restringe a visão, nos faz esquecer de que, do mesmo modo que só se fala temporalmente do tempo, como afirma Heidegger, só falamos do mundo a partir de nós mesmos, como seres no mundo, só falamos da existência existencialmente, única referência possível para pronunciar algo.

Mundo circundante é o mundo familiar e irrefletido, não tematizado pela problematização do que são as coisas, onde os entes intramundanos nos vêm ao encontro em sua serventia, como sendo para isso ou para aquilo na própria ocupação. É o mundo da ocupação e da preocupação com coisas e pessoas, onde homem e mundo se apropriam

mutuamente, “mundo” cuja compreensão de ser da presença retorna e, assim, possibilita representações de sujeitos, conceituações. Sendo um âmbito pré-predicativo, um mundo irrefletido, o modo como agimos significativamente encontra-se fora de qualquer juízo que nos faça tematizar, julgar, afirmar, negar, diferenciar os fenômenos. É o mundo das vivências, das experiências. Os entes vêm ao encontro na ocupação como instrumentos, cuja determinação existencial é a manualidade, isto é, o modo de ser do instrumento que se revela por si mesmo, no uso: no próprio martelar é que se descobre o manuseio específico do martelo (HEIDEGGER, 2005, p. 111). Fazendo é que se aprende a fazer. “Fazer” é ter experiência existencial da compreensão de mundo. Os instrumentos são encontrados nos sinais, eles mesmos instrumentos, cujo caráter específico é o de “mostrar”, que só ocorre em uma referência ou remissão que permite a “formalização” e a “leitura” das conexões das “ações de mostrar”. Esse mostrar ocorre em uma conjuntura que deixa e faz aparecer o ente em conjunto com outros, constituindo “a determinação ontológica do ser” na significância (*Bedeutsamkeit*), que é “o todo das remissões da ação de significar” (HEIDEGGER, 2005, p. 132), é a ordem significativa, o modo formal em que apreendemos o mundo. As remissões da significância se constituem como princípio gerador da interpretação que compreende numa circunvisão (*Umsicht*), da interpretação hermenêutica. A circunvisão é uma visão do todo ou circunspeção imediata, que tende a abordar o ente na perspectiva de um sentido e de maneira conjunta, na conjuntura.

Nessa visão pré-predicativa, hermenêutica, o ente pode ser compreendido **como** algo. Algo só pode ser compreendido na significância **como** algo, só pode ter sentido, quando, nessa significância, algo remeter a algo e, assim, na conjuntura, deixar revelar seu significado em conjunto. Algo só possui significado e, assim, torna-se compreensível, pelas remissões conjuntas dos entes significativos nesse todo das ações de significar que é a significância. “Não conhecemos uma cadeira em sua plenitude como objeto na nossa frente” (STEIN, 2004, p. 21), mas **como** um objeto no qual podemos sentar, **como** cadeira. O como hermenêutico é o como do nosso mundo prático e o como apofântico é o como do discurso (STEIN, 2004, p. 21). Esse ente que sentamos, arrastamos, usamos para isso ou para aquilo, que usamos praticamente em nosso cotidiano, nós o determinamos na comunicação **como** cadeira, e o atribuímos propriedades, conceitos, tornando-o um objeto com um determinado sentido. Ela, sendo uma coisa que usamos para sentar, é o objeto do qual falamos. Ela é sendo suas

possibilidades de ser. A cadeira não deixa de ser cadeira quando torna-se objeto da proposição, mas expõe-se como o objeto cadeira na interpretação apofântica. Já para a interpretação hermenêutica, a cadeira é algo para sentar, mas que pode servir também para subir ou para apoiar objetos, de acordo com a circunvisão da conjuntura.

No como hermenêutico, a cadeira, como objeto para sentar, se constitui como tal no horizonte de possibilidades em que a presença se faz. A cadeira se descobre como tal na projeção de possibilidades da presença. O todo das ações de significar, a partir do qual os entes se mostram, retorna como abertura no qual o homem pode fazer-se em seu horizonte de possibilidades. Esse “como hermenêutico existencial, como originário da interpretação que compreende numa circunvisão (*hermenéia*) [...]” (HEIDEGGER, 2005, p. 216), que possibilita a predicação é onde se constituem as vivências e as projeções de possibilidades da presença. Dado que o âmbito predicativo só pode ser acessado se na presença já houver a disposição da predicação, do contrário, permaneceríamos na dualidade que Heidegger quer superar, esse âmbito pré-predicativo do como hermenêutico apresenta-se como um apelo, uma voz sem som cuja presença, para se realizar, precisa responder, ouvir e, assim, ter voz, ser capaz de enunciar. Algo só pode ser compreendido em função de algo, ou seja, de como eles se dão para mim re-unidos num horizonte de possibilidades que é a presença mesma, isto é, no como hermenêutico, horizonte de possibilidades em que a presença é sendo. No como hermenêutico, o predicado aparecerá à presença como a explicitação de seu fazer-se. Essa formalização da predicação não é uma forma, *eidós*, no modo da tradição, não é um S é P no modo da cópula, mas um modo de ser da presença, modo em que ela articula as remissões da significância. Esse todo dinâmico das remissões da ação de significar, remissão de sinais que mostram os entes significando isso ou aquilo, abre o ente em suas possibilidades de uso conforme seus fins. Ou seja, a interpretação das vivências, a articulação de suas experiências que possibilita expor as proposições, os conceitos, os enunciados, a compreensão que permite ver como a presença está sendo.

O como apofântico é condição de possibilidade de enunciação na qual a presença se apropria do mundo significativamente. O caráter formal do mundo como fenômeno é a significância. Essa condição funda-se nesse âmbito pré-predicativo, no próprio ser da presença, que só pode falar a partir desse âmbito em que ela faz-se a si mesma, explicitando-se de diversos modos. A forma da proposição surge da nomeação co-temporal do ente no

modo como ele aparece naquele horizonte. Se ser é tempo⁵ e se “ser-aí é temporalidade” a contemporização é o desvelamento do ser em cada caso como interpretação realizada pelo ser-aí, pela presença. O que possibilita reunir, articular o como apofântico da proposição com o como hermenêutico-existencial e, assim, surgir a interpretação como desenvolvimento das possibilidades de ser da presença, é a modalização do tempo num **como**, é temporalização.

A interpretação (*Auslegung*): seu caráter modal e como temporalização.

Quando conversamos com alguém, para que nos façamos entender, precisamos aderir a um padrão, uma medida comum entre eu e o interlocutor, para que a comunicação transite entre eu e ele e seja possível o entendimento. Isso, de certa forma, nos iguala. Porém, é visível que temos vivências, experiências, desejos, expectativas e trajetórias pessoais e coletivas completamente diversas. O conjunto que constitui o lugar em que nasci, minha família, a escola em que estudei, a rua em que brinquei, a religião que professo tudo isso me constitui como diferente daquele que não sou eu. Estamos, portanto, sempre entre igualdade e diferença. Vemos, também, que as pessoas sentem e interpretam de maneiras diferentes os fenômenos. Necessitam, porém, de se fazerem entender para comunicar o que viram. A diferença, então, constitui e se mantém constituindo a igualdade ou “mesmidade”. Nenhum é suprimido. Posso concordar com alguém aqui e discordar com outro ali ou, até mesmo, discordar com esse que, antes, eu havia concordado. A diferença total é caos, ininteligível e a igualdade total é totalitarismo e violência inaudita, mundo de máquinas.

Na igualdade, na comunicação faço ver aquilo sobre o que falo. Mas só posso fazer ver se eu mesmo já vi, se aquilo sobre o que falamos já se deu a ver. E isso se faz na diferença, se não uma vaca seria sagrada no Brasil ou uma mercadoria qualquer na Índia. Uma vaca se deu a ver como mercadoria para mim e como objeto sagrado para os indianos. Logo, o que somos em comum pode ser de vários modos, conforme a situação, os humores, etc. Sendo de vários modos, me comunico, me faço entender, me igualo, ajo a partir do que é comum, mas nada

⁵ “Em Ser e Tempo ‘ser’ não é outra coisa que ‘tempo’, na medida em que ‘tempo’ é designado como pré-nome para a verdade do ser, pré-nome cuja verdade é o acontecimento (*wesende*) do ser e assim o próprio ser”. (HEIDEGGER, 1979).

garante que será assim na totalidade dos casos. Não há necessidade que seja assim. Portanto, não há necessidade, há possibilidade. Na tradição metafísica aderimos sem mais a esse “comum”, por exemplo, ao *eidos* e, a partir dele nos organizamos. Porém, antes desse comum, posto por nossa ação, por uma “forma ativa”, há o que nos foi possibilitado como condição para que víssemos esse comum posto. Antes de ver, já vimos.

Afirma Heidegger (HEIDEGGER, 2004, p. 14) que “a demonstração que faz a proposição se dá com base no que já se abriu na compreensão e na circunvisão”, ou seja, o como da proposição apofântica só se dá com base no como hermenêutico-existencial, pois a “proposição não paira no ar”, mas é possibilitada a partir do caráter hermenêutico da presença. “O “como” constitui a estrutura da explicitação do compreendido; ele constitui a interpretação” (HEIDEGGER, 2005, p. 205) que, apropriando-se e articulando o como hermenêutico, o explicita em formas. A interpretação hermenêutica é uma “visão pré-predicativa” que traz em si “a explicitação das remissões referenciais” da totalidade conjuntural, uma circunvisão que não exprime uma proposição, mas que já é uma interpretação articuladora que possibilita a “pronúncia” do ente como proposição (HEIDEGGER, 2005, p. 205-206).

A dinâmica da interpretação hermenêutica ocorre na compreensão projetiva que abre a significância e cuja interpretação apofântica, o como apofântico, demonstra determinando na comunicação. Assim, funda-se a proposição a partir do que se deu na compreensão como articulável e a interpretação é a exposição dessa possibilidade de articulação da compreensão pela presença que projeta suas possibilidades na significância como o que ela pode ou não pode ser.

Tal articulação ocorre porque “a interpretação de algo **como** algo funda-se, essencialmente, numa posição prévia, visão prévia e concepção prévia” (HEIDEGGER, 2005, p. 207), ou seja, numa pré-compreensão. A pré-compreensão, constituída historicamente como conceito prévio, visão prévia e posição prévia é o que possibilita a compreensão projetiva, que a presença se projete na significância como poder ser. A compreensão está sempre ligada a significados, com os quais nos relacionamos de modo prático, já que temos sempre uma pré-compreensão de ser ao dizer que as coisas são e lhes atribuir significado. Pré-compreensão que sempre já se deu como horizonte da compreensão como poder ser que a interpretação desenvolve.

Ao apropriar-se da compreensão, a interpretação “se move em sendo para uma totalidade conjuntural já compreendida” (HEIDEGGER, 2005, p. 206), ou seja, numa posição prévia que, sendo hermenêutica, “elabora ontologicamente a historicidade da presença” e, assim, realiza seu ser, que é histórico. A interpretação funda-se também num “recorte que foi assumido na posição prévia, segundo uma possibilidade determinada de interpretação”, que é sua “visão prévia” (HEIDEGGER, 2005, p. 207), e funda-se, ainda, em “conceitos prévios”, os quais “força sobre o ente” ou “hauri deles” (HEIDEGGER, 2005, p. 207) conceitos, a favor dos quais a interpretação já se decidiu. Assim, interpretar não envolve necessariamente elaboração de significados, não é explicação de um estado bruto de coisas externas, não é explicação do “fato”, mas é tornar explícito o modo como foi compreendido o ente como algo no interior do mundo, como significado em remissões significativas historicamente constituídas. A interpretação revela seu fundamento existencial.

A presença projeta seu ser para possibilidades e essas são constitutivas da compreensão como poder ser, projeção que é possível de se elaborar em formas. Essa elaboração da projeção Heidegger chama de interpretação (HEIDEGGER, 2005, P. 204). Compreensão não é um modo de conhecer, é um modo de ser (STEIN, 2011, p. 45) e, assim, a presença projeta o que ela pode ser, projeta fins possíveis antecipados que são realizados na interpretação. Essa elaboração em formas ou explicitação da compreensão que é a interpretação, realização desse poder ser, “possui a estrutura de algo como algo”. O “como”, de algo *como* algo, que tem a estrutura dessa explicitação, é interpretação (HEIDEGGER, 2005, p. 204). Como “a falta de palavra não pode ser entendida como falta de interpretação” (HEIDEGGER, 2005, p. 215), mesmo na ausência de elaboração da compreensão em formas, a interpretação já existe quando vê e, assim, deixa serem vistas as “remissões referenciais” constitutiva da totalidade conjuntural, do conjunto dos manuais que se constituem como sendo uns para os outros: o martelo é para pregar, o prego é para fixar as madeiras. Visão no sentido existencial acima discutido, pré-predicativa, quando o pré da presença, sua abertura ilumina o ente que, assim, se deixa encontrar descoberto em si mesmo.

A interpretação não é mera descrição de um fenômeno, não é uma explicitação de um aspecto (*eidós*) do ente que, sendo pressuposto, ordenaria o real, mas explicitação do que a presença pode ser no horizonte hermenêutico. É constituição da realidade da presença nas possibilidades que lhe são possíveis. O **como** é o modo que se desenvolve a interpretação a

partir da presença, cujo ser é possibilidade de ser e que, assim, constitui seu poder ser como explicitação em enunciados significativos. A interpretação, para desenvolver a compreensão projetiva em formas, o como apofântico, tem de se apropriar do como hermenêutico contemporalizando-o.

Heidegger (2002, p. 29-30) afirma que

Toda interpretação se desenvolve em função de seu âmbito de realidade e de sua pretensão cognoscitiva, no marco das seguintes coordenadas: 1) um ponto de vista, mais ou menos expressamente apropriado e fixado; 2) uma subsequente direção da visão em que se determina o “como algo” segundo o qual se deve pre-compreender o objeto da interpretação e desde onde; 3) um horizonte de visão delimitado pelo ponto de vista e pela direção da visão, em cujo interior se move a correspondente pretensão de objetividade de toda interpretação.

Ou seja, sendo ação numa situação hermenêutica, a interpretação possui uma finalidade delimitada por um horizonte apropriado, tornado seu, de seu ser: parte de um ponto de vista, de seu interesse cognoscitivo; da direção da visão, do sentido que institui como a interpretação deve compreender algo; de um horizonte hermenêutico de visão delimitado pelo sentido apropriado pela interpretação que constitui a realidade. Em *Ser e Tempo*, isso aparece como visão prévia, conceito prévio e pôr prévio. “A realidade se constitui enquanto e como interpretação e interpretação é ação, atividade de (um) sentido, que sempre já aconteceu, se deu ou se interpôs” (FOGEL, 2012, p. 1). “Sentido é a perspectiva em função da qual se estrutura o projeto pela posição prévia, visão prévia e concepção prévia. É a partir dela que se torna compreensível algo como algo” (HEIDEGGER, 2005, p. 208). Em outras palavras, a interpretação é constituição da presença conforme o futuro e o passado que o presente constrói como seu, perspectivado. É a perspectiva da compreensão projetiva da presença a partir de sua pré-compreensão que torna algo compreensível, é constituição do que é, do presente como possibilidade, perspectivado no como hermenêutico como aquilo que não é mais, o passado, e do que não é ainda, o futuro.

O passado, enquanto história em sentido próprio, é susceptível de ser retomado no “como”. A possibilidade de aceder à história funda-se na possibilidade, segundo a qual um presente compreende em cada caso o ser porvir. Este é o primeiro princípio de toda hermenêutica. Diz algo acerca do ser do ser-aí, que é a historicidade ela mesma. [E] o tempo é o “como” [...] o autêntico *princípio individuationis* (HEIDEGGER, 2008, p. 67-71).

Conclusão

A interpretação se apropria da mensagem de Hermes, da “mensagem do destino”, se apropria dela e a pronuncia, comunica tal mensagem. A situação da interpretação é uma apropriação compreensiva do passado e, assim, uma situação de um presente vivente (HEIDEGGER, 2002, p. 30). No horizonte aberto pelo como hermenêutico, a presença interpreta conforme seu pré, sua abertura. Se a interpretação se apropria, isto é, torna própria, e desenvolve e explicita a compreensão, ou seja, desenvolve e explicita o modo de ser e o poder ser da presença e se dela deriva a enunciação, então enunciar apofânticamente é explicitar um modo de ser com vistas a um poder ser, um projeto num horizonte hermenêutico de possibilidades que abre o ente, pois o enunciado é um comportamento que se move sempre sobre a base do ser-no-mundo.

Na interpretação se desvelam o sentido de ser e as estruturas ontológicas da presença, os modos em que ela começa seu começo e, portanto, mantém-se nele de diversos modos. Assim, a interpretação hermenêutica anuncia, traz a mensagem do destino manifestado pelas estruturas ontológicas desse ente privilegiado ontologicamente e que surge na interpretação. A presença é ser e ente, ôntico-ontológico que carrega consigo o sentido da história e o poder de ser si mesmo se apropriando do destino conforme seu interesse – *inter-esse*, entre esses em que vive, e traduzindo-lhe, produz uma interpretação autêntica, conforme seu caráter de como hermenêutico. A interpretação hermenêutica parte da manifestação do ser da presença. A interpretação apofântica exige a fala, a comunicação. O como hermenêutico exige a escuta. Não se deve falar como os que dormem, sem escutar. Quem não sabe escutar não sabe falar. A interpretação funda-se nessa escuta, apropriando-se em seu horizonte de possibilidades de ser, e fala. A interpretação revela, fundamentalmente, o que ela quer ser, como ela quer se constituir, revela um desejo, uma vontade, um querer.

No âmbito pré-predicativo do como hermenêutico formam-se indicações cuja presença afetada apreende expondo esse âmbito pré-predicativo num **como**. A presença é um **como** do tempo. Modalização do tempo. É no mundo, nele e a partir dele. Na existência constitui-se a modalização do tempo, a temporalização, o acontecimento do tempo. “O tempo é o autêntico *princípio individuationis*” (HEIDEGGER, 2008, p. 69), no caso, a temporalidade, a presença

diferenciando-se como temporalização do tempo. Me individualizando, compreendendo a finitude, o ser-para-a-morte que somos, nos abrimos ao nosso mais profundo “princípio”, o de que somos temporalidade, entendido não mais como um tempo imemorial, mas sua realização mesma. Se a presença é temporalidade, se ela é um como (HEIDEGGER, 2008, p. 68-69), se ela é *ek-sistência* – um “fora” no *sistere*, na subsistência, ou seja, é “fora”, no ente, sem deixar de ser “dentro” – e se constitui hermeneuticamente na facticidade, então ela é ato interpretante da vida fundado em seu tempo. O ser, quando desvela-se, e os entes, quando descobrem-se, são co-temporalização.

É na interpretação que a presença desvela a si próprio como horizonte mutável da temporalização, que transcende sua condição de ente afirmando-se como sendo e, assim, “ilumina” os outros entes nesse horizonte que, a partir daí se descobrem. É na interpretação hermenêutico-existencial de si num **como** que a presença se transcende num horizonte temporal e se descobre como existente junto aos outros entes. Desvela a si próprio, ou seja, sua estrutura existencial, o modo que se dispõe afetivamente. Essa transcendência articula, reúne, propicia o dizer o que é a partir do ente deixado ser, que “vem ao nosso encontro”, ou seja, quando tenho a compreensão de ser a partir do ente, no modo como ele se mostra nesse encontro.

A interpretação dessa presença ôntico-ontológica funda-se em possibilidades, em um fundamento sem fundamento, porque não se funda em um ente como na tradição – o homem é animal racional; é ser a ser superado; é cogito; é *homo economicus*; é *homo symbolicus*; etc –, é possibilidades de ser tudo isso que ele compreendeu como sendo si mesmo e, compreendendo-se assim no horizonte do como hermenêutico, predicou a si e ao mundo e, portanto, se determinou em seu modo indeterminado de ser.

Portanto, a interpretação (*Auslegung*) é exposição da compreensão em formas. Tal compreensão é projetiva e abre significados num horizonte de possibilidades de ser da presença, de interpretação hermenêutica a partir da qual os entes que vem ao encontro são predicados e formalizados apofânticamente na comunicação, conforme a conjuntura significativa. Desse modo, numa determinada conjuntura significativa, os entes são predicados numa síntese de conjunto, que pode tornar-se diátese numa outra conjuntura, num complexo relacional móvel de significações, mas ambas num mesmo horizonte hermenêutico significativo, horizonte que possibilita que, numa situação, o ente seja compreendido **como**

algo e em outra situação seja compreendido de **modo** diferente, ligação e separação que revelam **como** a presença se expõe e, assim, constitui o real.

Referências

FOGEL, Gilvan. **Homem, realidade, interpretação**. In. Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia, v1, n 1, 2012.

_____. **Sentir, ver, dizer**: cismando coisas de arte e filosofia. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Interpretaciones fenomenológicas sobre Aristóteles – Indicación Hermeneutica**. Madri: Editorial Trotta, 2002.

_____. **O conceito de tempo**. Lisboa: Ed. Fim de século, 2008.

_____. **O princípio da identidade**. São Paulo, SP: Abril, 2005a.

_____. **Que é Metafísica?** In: Conferências e escritos filosóficos. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Ser e Tempo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2005.

MELO, Rebeca Furtado de. **Entre compreensão e interpretação**: para uma hermenêutica filosófica no pensamento de Heidegger. In. Ekstasis. Revista de Hermenêutica e Fenomenologia, v. 2, n. 1, 2013.

PESSOA, Fernando. **Verdade, liberdade e destino no pensamento de Heidegger**. São Paulo, SP: Ed. Chiado Books, 2016.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre Hermenêutica**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

_____. **Introdução ao pensamento de Martin Heidegger**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.